

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR GAÚCHA – PERFIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Luana Inês Damke¹
Clandia Maffini Gomes²
Tais Pentiado Godoy³
Luciana Barbieri da Rosa⁴
Kamila Frizzo⁵

Resumo

As agroindústrias familiares vêm sendo consideradas por vários autores como importante alternativa de reprodução para a agricultura de base familiar. A eficácia dessa atividade tem levado os governos a discutir e implantar políticas públicas que propiciem a formalização desses empreendimentos e que ampliem o seu mercado de comercialização. Dessa forma, o objetivo do estudo consiste em identificar o perfil das agroindústrias familiares gaúchas que usam o selo Sabor Gaúcho em seus produtos e verificar a possível influência da Política Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) no funcionamento e desenvolvimento desses empreendimentos na percepção dos gestores. O estudo caracterizou-se como quantitativo e foi realizado com 128 agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul (RS). A partir dos resultados obtidos, é possível concluir que, nas AFs analisadas, o uso do selo Sabor Gaúcho e a participação no PEAf têm uma importância significativa no funcionamento e desenvolvimento e até na concepção de alguns empreendimentos, que nasceram a partir dos incentivos desse programa.

Palavras-chave: Agroindústria familiar; Políticas públicas; Família rural; Sabor Gaúcho.

Introdução

As agroindústrias familiares (AFs) vêm sendo consideradas por vários autores como uma importante alternativa de reprodução para a agricultura de base familiar, no entanto, o atual sistema agrícola brasileiro está abarcado por inúmeras externalidades, sendo uma de suas principais características, a grande dependência de recursos exógenos ao domicílio, o que acaba por confirmar o desenvolvimento capitalista na agricultura e a apropriação industrial de suas atividades (WESZ JUNIOR, 2009).

Esse processo se torna cada vez mais aparente, pois se está dependendo tanto das indústrias para a produção de insumos e maquinários, como dos complexos agroindustriais para o processamento e beneficiamento da produção. Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson, essa divisão social do trabalho, aliada à entrada do capital no campo, foi baseada na introdução de um melhoramento tecnológico e genético, que criou a dependência do uso, em larga escala, de

¹ Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria – luanadamke@uffs.edu.br

² Doutora em Administração – Professora da Universidade Federal de Santa Maria – clandiamg@gmail.com

³ Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria – taispeniada@yahoo.com.br

⁴ Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria – lucianaaparecidabarbieri@yahoo.com.br

⁵ Mestranda em Administração – na Universidade Federal de Santa Maria – kamila.frizzo@gmail.com

fertilizantes e agrotóxicos. Contudo, após a implementação desse modelo, o que ficou cada vez mais visível foram os problemas de ordem social e ecológica, aliados a uma redução da utilização da mão-de-obra e a uma maior necessidade de investimentos. Isto se refletiu em um aumento da produtividade e em um maior custo de produção, o que resultou em menores índices de lucratividade (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Muitos agricultores familiares se viram impossibilitados de seguir exclusivamente nessas cadeias tradicionais de *commodities*. Em decorrência deste conjunto de fatores e pela dificuldade destes atores obterem lucratividade suficiente para sua reprodução social, têm aumentando o número de famílias que deixaram de depender exclusivamente do setor agropecuário e de seus riscos e passaram a buscar uma fonte de renda complementar em outras atividades, não necessariamente agrícolas. Com isto, tem sido crescente a implantação de empreendimentos direcionados ao processamento e beneficiamento da produção no meio rural, as agroindústrias familiares (WESZ JUNIOR, 2009).

A agroindústria é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor. Ela também se caracteriza por fatores como: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, assim como da mão-de-obra da família. Pode ainda ser representada como uma rede envolvendo agricultores e suas famílias, vizinhos, pequenos comerciantes urbanos e consumidores (MIOR, 2008; PREZOTTO, 2002).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo, identificar o perfil das agroindústrias familiares gaúchas que usam o selo Sabor Gaúcho em seus produtos e verificar a possível influência da Política Estadual da Agroindústria Familiar no funcionamento e desenvolvimento desses empreendimentos na percepção dos gestores.

Desta forma, o artigo organiza-se em 5 seções, sendo composto por esta introdução, onde é apresentada a contextualização e o objetivo. Na seção seguinte, é feito um breve resgate histórico sobre as AFs, discute-se alguns mecanismos de especialização das atividades nas AFs e apresenta-se alguns pontos mais relevantes sobre o PEAf. Na terceira seção são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa, na quarta seção, é feita a apresentação e discussão dos resultados, e por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2. A Agroindústria familiar: um breve resgate

Uma das primeiras tentativas teóricas de caracterizar a agroindustrialização ocorreu com Marx (1987), Kautsky (1945) e Lênin (1992) quando definiram a agroindústria rural como sendo todas as atividades de manufatura realizadas nas unidades de produção camponesa e que depois, com o aumento da divisão social do trabalho, passaram a ser desenvolvidas na cidade. Mas, com a subordinação do camponês ao capital através da separação entre a manufatura e a agricultura, os estudos sobre a agroindústria perdem espaço no meio acadêmico (WESZ JUNIOR, 2009).

Nas últimas décadas do século XX as discussões a partir da temática começaram a se reformular tendo por base os novos contextos que haviam se constituído. Mesmo que o tema da agroindustrialização no meio rural não tenha se apresentado de modo majoritário no debate acadêmico sobre agricultura camponesa/familiar durante a década de 1980 e início dos anos 1990, deve-se advertir que essa discussão estava presente em alguns poucos estudos dedicados ao contexto latino-americano (REQUIER-DESJARDINS, 1999).

O surgimento das agroindústrias rurais em várias regiões do país pode se dar como parte dos processos mais amplos de reconfiguração dos sistemas agroalimentares. Estas transformações de acordo com Waquil et al. (2012) estão ligadas a aspectos como a revalorização dos produtos locais e especialidades, a crescente importância social e econômica das atividades rurais não agrícolas, a crise dos processos de modernização da agricultura, os consumidores mais exigentes em termos alimentares, a volta dos habitantes urbanos ao espaço rural, entre outros. Inserida em um mercado bastante competitivo, a agricultura necessita de forte diversificação na produção e diferenciação de seus produtos. Uma das formas de diferenciação, de acordo com Neumann et al. (2007), é a agroindústria familiar, que surgiu como uma alternativa para incrementar a renda da família e um meio de utilização dos produtos excedentes.

2.1 As Agroindústrias Familiares como mecanismos de estímulo a especialização das atividades em pequenas propriedades rurais

O tema de pesquisa das agroindústrias familiares vem sendo inserido nas discussões das transformações mais recentes do sistema agroalimentar e da agregação de valor aos produtos agropecuários. De acordo com Gazolla e Pelegrini (2011), nos últimos anos, as transformações no agronegócio têm sido intensas, especialmente em questões que passam pelo meio ambiente,

incrementos tecnológicos e a necessidade de maior agregação de valor aos produtos voltados aos mercados interno e externo.

Para os autores, na agricultura familiar, a agregação de valor é uma necessidade manifestada tanto pelos agricultores, através de suas iniciativas, como por agentes de desenvolvimento e pelas próprias políticas públicas, tanto a nível nacional como estadual e local. Com o objetivo de melhorar as condições de inserção socioeconômica e a competitividade dos agricultores familiares no mercado, surgiram inúmeras organizações de agricultores ou de grupos de empreendimentos - as redes de cooperação nas suas diversas modalidades (ESTEVAM; MIOR, 2014). Elas têm contribuído decisivamente na superação de importantes gargalos na comercialização de produtos da AF para o mercado formal de alimentos, particularmente aqueles relacionados à legislação sanitária, fiscal, previdenciária e às escalas mínimas de produção e logística

Essas iniciativas, de acordo com Wilkinson (2008), operam com base nos mercados locais de proximidade e de relacionamentos continuados, em que aspectos como o prévio conhecimento entre os atores, a confiança e as transações frequentes geram lealdades e diminuem o oportunismo, que de acordo com Williamson (1985) é um comportamento antiético que ocasiona custos para os agentes que estão transacionando.

Para melhorar as oportunidades para os pequenos agricultores em mercados modernos, precisamos entender os principais fatores institucionais que influenciam a sua inclusão ou exclusão e, além disso, procurar compreender como as instituições podem ser influenciadas ou modificadas para criar os incentivos adequados para uma maior inclusão (VERMEULEN et al., 2008). A política pública é uma dimensão institucional importante, no entanto, existem muitas outras. É preciso estar sempre atento, pois a política pública pode não atingir seus objetivos se não levar em conta tudo o que envolve o contexto institucional.

Muitas instituições, em particular as mais informais, fazem parte da nossa vida e são embutidas no que regularmente fazemos que são facilmente aceitas. Para Vermeulen et al. (2008), a mudança social, econômica e política trata essencialmente das mudanças das instituições. Assim, para promover e permitir a mudança, como a inclusão de pequenos produtores nos mercados modernos, é primordial analisar atentamente as instituições envolvidas. Para esclarecer um pouco melhor isso, aborda-se na seção seguinte, alguns aspectos das AFs de pequeno porte e a instituição de políticas públicas a nível estadual.

2.2 As agroindústrias de pequeno porte e a Política Estadual da Agroindústria Familiar

A agroindústria familiar rural define “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2005, p 190). A partir desta definição, o autor distingue esta atividade do processamento de alimentos e matérias-primas que “visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo”. Ao mesmo tempo, o autor ainda sustenta que, “enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico” (MIOR, 2005, p. 191).

Ao encontro dos argumentos anteriores, Mior (2008, p.13) afirma que dois aspectos são centrais na viabilização da agregação de valor na agroindústria rural. O primeiro decorre do fato de os agricultores utilizarem seus próprios recursos, força de trabalho, processos artesanais e a pequena escala de produção para viabilizar a atividade de processamento. O segundo diz respeito ao uso do saber-fazer enraizado em uma cultura regional. Esse conhecimento dos agricultores é importante para a elaboração de produtos agroindustriais diferenciados, os quais obtêm junto aos consumidores uma representação de qualidade distintiva, sobretudo se comparados aos produtos da grande distribuição agroalimentar. Essa diferenciação constitui um fator estratégico para estes alimentos se beneficiarem comercialmente de uma imagem artesanal, colonial, agroecológica, local, dentre vários outros atributos que lhes proporcionam acesso a mercados específicos que garantem maior margem de valor adicionado.

Segundo dados da EMATER/RS, a atividade do agro processamento nas propriedades rurais de agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Sul é muito intensa e, conforme dados do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, alcança 82.220 estabelecimentos. Desses, 30.255 declararam ter renda com a atividade, o que resultou, no ano de 2007, em um valor bruto de produção de aproximadamente R\$ 231.391.000,00 somente no Estado do Rio Grande do Sul. No Brasil, esse valor chegou a aproximadamente R\$ 3 bilhões (EMATER/RS).

A eficácia dessa atividade tem levado os governos a discutir e implantar políticas públicas que propiciem a formalização desses empreendimentos e que ampliem o seu mercado de comercialização. No RS essa contribuição do poder público se deu através da criação da Lei estadual 13.921, de 17 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Estadual da Agroindústria Familiar - PEAFF, e estabeleceu um conceito legal definindo em seu Artigo 2º, inciso II – como as “agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal” sendo os

estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor(es) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja produção abranja desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto. Para dar continuidade ao processo de formalização dessas unidades, o governo ainda instituiu o Decreto 49.341, de 05 de julho de 2012, que criou o Programa de Agroindústria Familiar para novamente institucionalizar o selo “Sabor Gaúcho”. Contudo, para que o poder público atingisse tal objetivo, houve a necessidade da criação do Decreto 49.948, de 12 de dezembro de 2012, para que fosse regulamentada a PEAFF no Estado do Rio Grande do Sul, instituída pela Lei 13.921.

O objetivo principal do programa é possibilitar aos agricultores familiares à agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual. As agroindústrias que são incluídas no PEAFF têm a possibilidade de usar um selo de certificação (o Sabor Gaúcho). A concepção desse selo partiu da necessidade de traduzir graficamente uma marca mista nominativo-figurativa, que denomina a origem do produto, com procedência alicerçada na produção artesanal, estando em conformidade com as exigências sanitárias e ambientais e com responsabilidade social.

Na economia globalizada, as informações fluem de diversas partes do mundo, por meio dos canais de comunicação e têm forte poder de induzir mudanças no comportamento dos consumidores, as campanhas que evidenciam os riscos à saúde causados por determinado produto têm o poder de afetar economicamente toda a cadeia produtiva. Nessa linha, as certificações de qualidade como os selos de produtos orgânicos, certificação de origem e de identificação, vêm sendo muito valorizadas pelo consumidor final, e este é um dos objetivos do selo Sabor Gaúcho.

Em 2015, o PEAFF fechou o mês com mais de 800 agroindústrias formalmente habilitadas a acessar o selo Sabor Gaúcho e, com isso, aptas a comercializar sua produção em mercados institucionais, participar de eventos e feiras com promoção e apoio da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e vender para o consumidor final (para os microprodutores rurais, há a possibilidade de venda pelo bloco de produtor rural, com isenção de ICMS) (SDR, 2015). Para o secretário da SDR, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar tem se consolidado cada vez mais, prova disso é a grande procura e interesse do público beneficiário, apresentando números significativos de inclusões.

Acreditando promover o desenvolvimento local através da oferta de produtos diferenciados, saudáveis e de qualidade, fortalece a produção artesanal e familiar das agroindústrias e incentiva a permanência das famílias no meio rural, com qualidade de vida e geração de renda (SDR, 2015).

3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se classifica como descritiva e quantitativa, e teve como objetivo identificar o perfil das agroindústrias familiares gaúchas que usam o selo Sabor Gaúcho em seus produtos e verificar a possível influência da Política Estadual da Agroindústria Familiar no funcionamento e desenvolvimento desses empreendimentos na percepção dos gestores. Para tanto, o método utilizado foi o levantamento, ou *survey*, que, segundo Gil (2007) se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

O questionário utilizado foi desenvolvido com base nos modelos propostos pelo GRI (2006), Callado (2010) e Valladares (2012). O mesmo é composto por sete questões relacionadas ao perfil do respondente, quinze de caracterização e perfil das AFs e ainda algumas questões abertas e um espaço para os entrevistados falarem sobre as condições dos seus empreendimentos e questões relacionadas as políticas públicas e o Selo Sabor Gaúcho.

A coleta de dados foi realizada durante o período que compreende os meses de maio a outubro de 2016. Foram contatadas todas as AFs usuárias do Selo Sabor Gaúcho, por e-mail ou telefone ou ainda pessoalmente em feiras regionais e também através de visitas *in loco* nas propriedades. Nesse sentido, a amostra foi composta pelas empresas que efetivamente receberam e retornaram o instrumento de coleta de dados preenchido.

Tendo em vista a obtenção de 128 questionários, de uma população de 655 AFs certificadas, o índice de retorno obtido representa 19,5%. O número de questionários obtidos permitiu a realização de testes estatísticos que possibilitam alcançar os objetivos do estudo, entretanto, por se tratar de uma amostra não representativa, não é possível que os resultados sejam inferidos para o universo da pesquisa.

De acordo com Santos (2016), para uma amostra representativa, seria desejável obter pelo menos duzentos e quarenta e três (243) respondentes, representando um grau de confiança 95% e um erro amostral de 5%. Os dados coletados foram tabulados com o auxílio dos

softwares Microsoft Excel e Statistical Package for the Social Sciences – SPSS (versão 22) e analisados por meio da adoção de técnicas de análise univariadas. Para Babbie (1999), a análise univariada visa à descrição dos casos considerando as variáveis individualmente. Ao final desta seção, pode-se conhecer a classificação da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos seguidos para alcançar os objetivos do estudo. Dessa forma, permite-se avançar em direção à apresentação e análise dos resultados da pesquisa.

4 Análise dos resultados

Esta sessão permite-nos conhecer o perfil das pessoas que representaram as agroindústrias familiares estudadas nessa pesquisa. A maioria dos respondentes possui vínculo com as AFs na faixa de 2 a 5 (31,25%) e de 6 a 10 anos (31,25%). Há ainda um percentual considerável de pessoas (28,13%) que trabalha há mais de 10 anos na AF, o que se considera um período razoável para ter conhecimento do funcionamento e das atividades da agroindústria, respondendo a pesquisa com qualidade e dando confiabilidade aos resultados. O tempo médio de atuação dos respondentes nas AFs é de 7,82 anos, com um tempo mínimo de 5 meses e um tempo máximo de 20 anos de atuação. A tabela 1, a seguir, apresenta a idade e escolaridade dos respondentes. Pode-se observar, que o maior grupo está na faixa entre 26 a 35 anos. A média de idade dos respondentes é de 41,34 anos, com a idade mínima e máxima de 17 e 71 anos, respectivamente.

Tabela 1 – Idade e escolaridade dos respondentes

Idade dos respondentes	Frequência	%	Escolaridade	Frequência	%
Até 25 anos	12	9,4	Ensino fundamental incompleto	30	23,4
26 a 35 anos	35	27,3	Ensino fundamental completo	16	12,5
36 a 45 anos	30	23,4	Ensino médio incompleto	3	2,3
46 a 55 anos	33	25,8	Ensino médio completo	34	26,6
Mais de 55 anos	16	12,5	Ensino superior incompleto	12	9,4
Total	126	98,4	Ensino superior completo	22	17,2
Não resposta	2	1,6	Pós-graduação	5	3,9
-	-	-	Ensino Técnico	6	4,7
TOTAL	128	100		128	100

Fonte: Elaborada pelos autores

Observa-se que o maior grupo (26,6%) possui o ensino médio completo, seguido do grupo que cursou apenas o ensino fundamental incompleto (23,4%). Menos de 5% da amostra afirma ter formação em nível de pós-graduação. Em relação aos cargos ou funções ocupadas

pelos respondentes nas AFs, observa-se que 96 respondentes (71,6%) são proprietários ou sócios de alguma AF, 17 pessoas (12,7%) ocupam o cargo de administrador, diretor ou presidente, outros 17 respondentes (12,7%) são estagiários, vendedores ou representantes comerciais, 3 pessoas (2,2%) ocupam o cargo de responsável técnico e 1 respondente (0,7%) é assessor da Emater ou de alguma Cooperativa. Obteve-se um total de 134 respostas nesta questão, pois alguns entrevistados ocupam duas ou mais funções dentro da organização, podendo ter marcado mais de uma opção de resposta no questionário.

A partir da apresentação do perfil dos respondentes, pode-se destacar que a maioria (mais de 90%) trabalha nas agroindústrias há mais de dois anos, tendo bastante conhecimento sobre o empreendimento. Ao mesmo tempo, mais de 70% são proprietários ou sócios, conferindo credibilidade aos resultados da pesquisa, na medida em que possuem vasto conhecimento e experiência em relação à gestão e aos processos de suas agroindústrias. Identificou-se, além disso, a presença de profissionais com baixo nível de escolaridade, o que pode ser reflexo da atividade que essas pessoas desenvolvem, do local em que vivem ou da faixa etária em que a maior parte dos respondentes se encontra (61,7% tem mais de 36 anos).

A maioria dessas pessoas vive no interior, em lugares afastados, conforme eles mesmo relataram, e “*o acesso ao ensino superior até poucos anos não era algo tão comum e facilitado como é nos dias de hoje*”. Entretanto, isso não é impedimento para que essas pessoas tenham um empreendimento bem-sucedido, o administrem de maneira profissional e, com isso, consigam gerar renda e promover o sustento das suas famílias.

Na sequência, são apresentadas as principais características das agroindústrias participantes da pesquisa, com o objetivo de conhecer seu perfil em termos de tempo de atuação, associados, número de trabalhadores, produtos ofertados, faturamento e localização.

Em relação ao tempo de atuação, observou-se que os empreendimentos possuem em média 11,3 anos. Verifica-se, contudo, uma grande variação, pois a agroindústria com menor tempo de atuação no mercado tem menos de um ano e aquela que possui mais tempo está em atividade há 86 anos. Salienta-se que todas as AFs pesquisadas fazem parte do PEAf e usam o selo Sabor Gaúcho no rótulo de seus produtos. A maior parte das AFs (55,5%) usa o selo em seus produtos entre 2 e 4 anos. As que usam a mais tempo já o fazem há 14 anos, e as que usam o selo a menos tempo o fazem desde meados de 2016.

Ainda pode-se destacar que o maior grupo de AFs está na faixa que foi fundada entre 6 a 10 anos atrás. Essa variabilidade em relação ao tempo de existência das AFs pode demonstrar uma maior probabilidade de percepções mais tradicionais e conservadoras por parte das mais

antigas, assim como de concepções mais modernas e empreendedoras das organizações mais recentes. Quanto ao número de associados, a maior parte das agroindústrias é formada por apenas uma família (53,9%), mas entrevistou-se também agroindústrias com até 50 associados. Em média, as agroindústrias pesquisadas têm 3 famílias associadas. Pelos relatos obtidos nas entrevistas, geralmente são pessoas que moram próximas, em uma mesma localidade e já têm alguma atividade em comum, “*aí se juntam para agregar ainda mais valor aos seus produtos*”.

Quanto a mão-de-obra, em 45,3% das AFs, trabalham de 3 a 4 pessoas, executando as mais diversas atividades. Dos 128 empreendimentos pesquisados, 49 contratam mão-de-obra além da familiar. Em 67,3% destas AFs, são contratadas até 2 pessoas. O número mínimo e máximo de indivíduos empregados é de 1 e 12, respectivamente. Em relação aos produtos ofertados pelas AFs pesquisadas, tem-se um rol bastante diversificado, portanto optou-se por separá-los em classes. Essa classificação foi baseada na Instrução Normativa DRP nº 45/98, atualizada pela IN RE nº 062/16. Essa IN permite a comercialização como microprodutor rural desses produtos, desde que devidamente acondicionados e rotulados, registrados no órgão de Vigilância Sanitária competente e portando selo de identificação do programa.

Percebe-se uma diversidade muito grande de produtos ofertados, e não há apenas um que se destaque como sendo o mais produzido ou vendido. Os que mais apareceram na pesquisa foram geleias e doces; conservas e compotas de hortaliças, verduras e frutas; pães, bolos, cucas, biscoitos e massas frescas. Quando questionados sobre processos inovadores, 44% dos entrevistados afirmaram que produzem alguns produtos ou usam processos inovadores nas AFs. Mas salientam que essa inovação muitas vezes é apenas local ou regional, uma vez que produtos ou processos parecidos já são desenvolvidos por grandes indústrias.

Entre os produtos inovadores citados podemos destacar: cerveja artesanal orgânica; salame sem gordura; geleias sem açúcar; geleias de caipirinha e erva-mate; cerveja de mel; vinagre de mel; produtos orgânicos, sem açúcar, light, sem glúten e sem lactose. Para preparar esses produtos, são necessários uma infinidade de insumos, e esses, em grande parte, são produzidos pelos próprios agricultores. Das 128 AFs entrevistadas, 25% afirmaram que elas próprias ou seus associados conseguem produzir 100% da matéria-prima utilizada nos seus processos produtivos. daquelas que adquirem uma parte dos insumos de terceiros, 84% afirmam que não realizam nenhum contrato formal de fornecimento, comprando de parceiros, vizinhos, mercados ou onde conseguirem barganhar melhores preços. Isso ocorre muitas vezes pois os custos contratuais não conseguem ser facilmente internalizados pelas organizações.

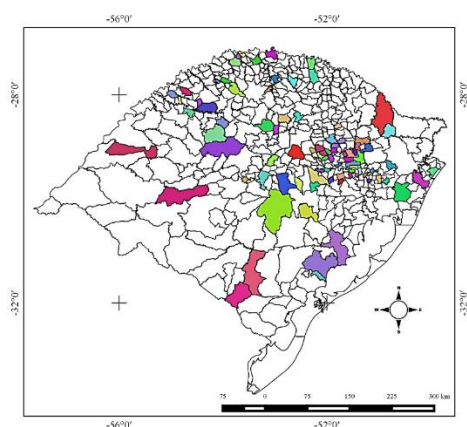
Questionados sobre as dificuldades que possam vir a enfrentar pela falta de realização de contratos, a maioria afirma que não tem tido problemas. Eles asseguram que preferem “*perder um pouco de tempo procurando por insumos mais baratos, do que ter que garantir preços antes da safra através de contratos*”, o que poderia levá-los a ter prejuízos maiores do que se ficassem sem a matéria prima por alguns dias. Essa opção se torna possível e é bastante recorrente nesse tipo de empreendimento, uma vez que, os insumos utilizados não são considerados ativos específicos e são facilmente encontrados no mercado, evitando assim maiores perdas e oportunismo por parte dos fornecedores. Se houvesse a presença de ativos específicos, as relações assumiriam uma configuração semelhante à de monopólio bilateral (Williamson, 1985), visto que a aproximação das partes é necessária para justificar o investimento em ativos de forte interesse comum. A partir daí as partes se exporiam a ações de barganha ou oportunismo que resultam da tentativa de se apropriar do valor econômico associado ao ativo, acima do acertado inicialmente, o que não ocorre na maioria das AFs estudadas, uma vez que não há presença ou utilização de ativos específicos nos processos produtivos.

Dando continuidade, quando se fala em classificação relativa à receita operacional bruta, há um predomínio de micro e pequenas empresas no rol das pesquisadas, porém nem todas elas são registradas como tal, uma vez que a maioria das agroindústrias familiares não tem CNPJ e comercializam seus produtos por meio do bloco de produtor rural, o que é permitido, desde que o produtor esteja incluso no PEA. A Lei Estadual 10.045, de 29 de dezembro de 1993, estabelece tratamento diferenciado às microempresas, micro produtores rurais e às empresas de pequeno porte.

Dos 128 pesquisados, apenas 111 informaram a receita, e, conforme apresentado, aproximadamente 35% tem uma receita bruta de até R\$ 5.000,00 por mês. A receita mínima e máxima dessas AFs são R\$ 150,00 e R\$ 100.000,00 mensais, respectivamente.

A partir da Figura 1 a seguir, pode-se evidenciar que a pesquisa contemplou as AFs de várias regiões do estado do RS.

Figura 1 – Localização das agroindústrias familiares pesquisadas



Fonte: Elaborada pelos autores

No total, pesquisou-se 128 empreendimentos familiares, e esses estão distribuídos em 88 diferentes municípios, que estão destacados em diversas cores no mapa acima. O máximo de AFs participantes em um mesmo município foi três. Buscou-se efetivar a pesquisa no maior número possível de municípios e nas mais diversas regiões, trabalhando com grupos distintos de AFs, pessoas, culturas, religiões e costumes. Percebe-se uma maior concentração de participantes próximo à região metropolitana e na serra, região em que há também um maior agrupamento de municípios. Na tabela 2, a seguir, apresenta-se o resumo do perfil predominante das AFs investigadas, de acordo com a apresentação e análise dos dados realizada anteriormente.

Tabela 2 – Síntese do perfil das agroindústrias familiares estudadas

Perfil das agroindústrias familiares	
Tempo de atuação das AFs	6 a 10 anos (25,78% da amostra)
Tempo de uso do Selo Sabor Gaúcho	2 a 4 anos (55,5% das AFs)
Nº de famílias associadas	1 família (54% das AFs)
Nº total de pessoas que trabalham nas AFs	3 a 4 pessoas (em 45,3% das AFs)
Nº de contratados além da família	Até 2 pessoas (em 67,3% das AFs)
Produtos	Geleias e doces (15,46%)
Produção de matéria-prima	100% produzida na propriedade (25% das AFs)
Receita mensal bruta	Até R\$ 5.000,00 (34,4% das AFs)

Fonte: Elaborada pelos autores

Visto isso, questionou-se os gestores a respeito do uso do selo Sabor Gaúcho no rótulo de seus produtos e da influência das políticas públicas no desempenho e no desenvolvimento das AFs. Sobre o uso do selo, mais de 50% dos respondentes afirmou que esse traz vantagem competitiva aos seus empreendimentos e produtos, tornando-os mais confiáveis quando comparados a produtos similares que não tem um certificado. Sabe-se que um selo desenhado na embalagem de um produto pode não ser garantia de segurança e qualidade, no entanto, traz uma certa confiabilidade aos consumidores.

Alguns produtores ainda afirmaram que, depois do uso do Sabor Gaúcho as vendas aumentaram, mas não souberam informar qual o percentual. Contudo, vários gestores reclamaram do aumento significativo de cobranças por parte dos órgãos de fiscalização e vigilância após o uso do selo Sabor Gaúcho, mas conforme explicado pelo diretor do Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA), isso ocorre, pois o Sabor Gaúcho é um certificado de origem e, em função dele, os empreendimentos recebem assistência e também são fiscalizados com certa periodicidade, o que traz uma certa segurança e confiabilidade do produto mediante os consumidores.

No que se refere a participação dos empreendedores no PEAf, os agricultores familiares em geral fizeram um balanço positivo, pois através do programa conseguem incentivos, assistência técnica e facilidade de acesso a financiamentos e recursos financeiros a baixo custo. A Emater tem papel fundamental na vida desses empreendedores familiares. De acordo com o gestor do DACA, ela passa a acompanhar todas as AFs cadastradas periodicamente, pois a maioria delas têm dificuldade em conseguir os documentos para ter a liberação de uso do selo ou em questões mais burocrática, e é nessa hora que os técnicos da Emater conseguem auxiliar e encaminhar a maioria das questões para as AFs.

[...] a gente sabe que isso é muito difícil, pois quando bate na questão sanitária e na questão ambiental tem muitos problemas, é preciso implantar projetos, precisa de recursos para isso. A Secretaria disponibiliza linhas de crédito tanto via consulta popular, para que os Coredes possam fazer o financiamento ou até mesmo de forma direta para os empreendimentos, fazendo um financiamento que tem 80% de subsídio [...] o agricultor pode também buscar um crédito pra muitas vezes fazer algum tipo de reforma, algum tipo de aquisição de um equipamento melhor, um processamento para se enquadrar muitas vezes na questão sanitária, às vezes é comprar pias, balcões e mesas de inox, freezer, geladeira, enfim, tudo o que for necessário para dar um caráter sanitário para o empreendimento. Às vezes também se investe no projeto sanitário, se precisa fazer um sistema de drenagem, um sistema de controle sanitário, também pode ser acessado esse recurso para isso (Relato de entrevista).

A partir do momento que a AF é cadastrada, esta usufrui de algumas vantagens, como assistência técnica e acesso a algumas linhas de crédito. Depois de ser inclusa e receber o certificado, ela passa a fazer parte de toda a rede de comercialização do PEAf. Desse momento em diante, os empreendimentos conseguem liberação para ir a feiras regionais e estaduais como a Expointer, Fenadoce, Expodireto, entre outras, e comercializar seus produtos com o aval do PEAf.

Quanto aos investimentos no setor da AF, o gestor do DACA informou que a Secretaria tem designado anualmente um percentual bem interessante de recursos. Em 2015, foram mais de 7 milhões de reais investidos conforme definido por meio da consulta popular, que é uma

votação realizada nos Coredes, que decidem quais municípios serão beneficiados. Em 2016, foram em torno de 6 milhões de reais.

[...] nós temos também através própria Secretaria algumas capitalizações do BNDES. Há um fomento de captação de recursos que é feito do BNDES, que repassa ao Estado, que o Estado faz a execução e presta contas. Então nós temos também algum tipo de recursos que se faz de forma direta, onde a agroindústria faz uma solicitação via prefeitura ou via instituição (Relato de entrevista).

Para conseguir esses financiamentos, as AFs precisam recorrer principalmente a agentes financeiros que operam o PRONAF, a prefeituras ou ainda à própria Emater, que consegue auxiliar, dar os encaminhamentos e as informações necessárias. Uma das linhas mais utilizadas atualmente pelas AFs é o FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais). Nesse financiamento, o empreendedor pode ter até um ano de carência e, se pagar as parcelas em dia, consegue um subsídio de até 80% do valor financiado.

Conclusão

O desenvolvimento deste trabalho avançou no entendimento sobre o perfil das AFs gaúchas e a possível influência da Política Estadual da Agroindústria Familiar no funcionamento e desenvolvimento desses empreendimentos na percepção dos seus gestores ou proprietários. Os resultados permitem concluir que, nas AFs analisadas, o uso do selo Sabor Gaúcho e a participação no PEAFF tem uma importância significativa no funcionamento e desenvolvimento e até na concepção de alguns empreendimentos, que nasceram a partir dos incentivos desse programa.

Mais de 50% dos entrevistados consideram o selo Sabor Gaúcho como algo importante, e acreditam que, através do seu uso, o produto e a até mesmo a AF ganham credibilidade e confiança diante dos consumidores. Além disso, quando cadastradas no PEAFF, as AFs têm uma série de vantagens, como acesso ao crédito, facilidade para realizar financiamentos, períodos de carência e taxas de juro especiais, subsídios, assistência técnica gratuita, entre outras. Essas vantagens são fundamentais para que as AFs consigam se desenvolver e permanecer no mercado que está cada vez mais competitivo, não havendo espaço para amadorismo. É preciso que os empreendimentos se profissionalizem, implantando novos processos, tecnologias, aumentando sua escala de produção e, principalmente, melhorando a qualidade dos produtos e serviços que oferecem.

Os gestores das AFs compreendem a importância da inovação para o sucesso e continuidade do seu empreendimento, porém destacam que os incentivos dos órgãos de fomento e do governo ainda são insuficientes. Dessa forma, com a renda gerada e os financiamentos disponíveis, ainda não é possível realizar todos os investimentos que gostariam e que seriam necessários. “[...]sobra só o necessário para manter a produção, deixar as contas em dia e realizar pequenos reparos. Não dá para fazer milagres ou grandes obras. A gente sabe que é importante e gostaria de fazer mais e melhor, mas infelizmente não tem como [...]” (Relato de entrevista).

Deve-se ressaltar, entretanto, as limitações desta pesquisa. Por se tratar de uma amostragem relativamente pequena, em face da amplitude do setor de AFs no estado e no país, os resultados obtidos não podem ser extrapolados e inferidos para todas as AFs. Assim, os resultados apresentados referem-se apenas à realidade dos empreendimentos pesquisados. Nesse sentido, como sugestão para trabalhos futuros está o aprofundamento das relações verificadas em um conjunto mais amplo de AFs do setor, inclusive não só aquelas que usam o Selo Sabor Gaúcho, mas também as demais que fazem parte do PEAFF, que atualmente é um programa muito amplo e completo do governo estadual e beneficia inúmeros agricultores familiares do RS.

Referências

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

EMATER/RS. **Agroindústria familiar**. Relatório técnico. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.WVAS5GjyIU>>. Acesso em: 20 abr.2017.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Proposta. 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural. 1992.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Bertrand Brasil.1987.

MIOR, L. C. **Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil)**. IV Congresso Internacional de La Red SAIL. Mar Del Plata-Argentina, out de 2008.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NEUMANN, P.S. et al. A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007. 1 CD.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Revista de Ciências Humanas. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. N. 31, abr. 2002. p.133-154.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?** Quito: PRODAR. 1999.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 15 mar.2016.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO - SDR. **Programa da SDR ultrapassa 800 agroindústrias familiares incluídas**. Atualizado em 03 nov. 2015. Disponível em < <http://www.sdr.rs.gov.br/programa-da-sdr-ultrapassa-800-agroindustrias-familiares-incluidas>>. Acesso em 01mar.2017.

VERMEULEN, S. et al. **Chain-wide learning for inclusive agrifood market development: a guide to multi-stakeholder processes for linking small-scale producers to modern markets**. International Institute for Environment and Development, 2008.

VILELA, N. J.; MACEDO, M. MC. Fluxo de poder no agronegócio: o caso das hortaliças. **Horticultura brasileira**, v. 18, n. 2, p. 88-94, 2000.

WAQUIL, P. D., et al. **O perfil da agroindústria rural no Brasil**: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006. Porto Alegre: UFRGS/FCE, jul. 2012. 92 p. (Relatório de Pesquisa).

WESZ JUNIOR, V. J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo agrário**, v. 9, n. 18, p. 00-00, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Estudos rurais).

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: The Free, 1985.